

# **A EXPERIÊNCIA DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB): ELEMENTOS PARA REFLEXÃO**

**Aline Pimenta Motta**

Universidade do Estado da Bahia- UNEB  
amotta@uneb.br

**Ione Oliveira Jatobá Leal**

Universidade do Estado da Bahia- UNEB  
ioneleal@uneb.br

## **RESUMO**

Este artigo se destina a apresentar a experiência da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) com a reestruturação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e o recente processo de autoavaliação. Para tal fim, descrevemos as estratégias utilizadas no sentido de viabilizar as ações concernentes a essa Comissão. Enfatizamos o processo de recomposição da CPA em 2018 e, sobretudo, as estratégias utilizadas para a preparação e execução da autoavaliação institucional. Desse modo, apresentamos o percurso planejado para elaboração do instrumento de autoavaliação da Uneb, trazendo elementos para contribuir com novas experiências e para reflexão. A metodologia adotada para o trabalho de elaboração do instrumento constou de etapas relacionadas à normatização, planejamento, elaboração de questionário e estratégias de aplicação, sistematização para análise de dados e a elaboração do relatório final. Conclui-se que o planejamento do processo de autoavaliação institucional foi imprescindível para realização do trabalho e a forma de condução do processo foi acertada para obtenção dos resultados, num curto espaço de tempo.

**Palavras chave:** Autoavaliação, Universidade, Comissão Própria de Avaliação, Planejamento.

## 1. INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, podemos considerar que a avaliação é um instrumento de diagnóstico de alguma situação. Quando aplicada ao ensino superior, a avaliação permite orientar a melhoria da qualidade do ensino, a expansão da oferta de cursos, a orientação do aumento da eficácia institucional, considerando vida acadêmica, missão, promoção de valores e relação com a sociedade.

Do ponto de vista normativo, os processos de avaliação institucional no ensino orientam-se atualmente pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o qual indica duas modalidades de avaliação: interna e externa. A avaliação interna se constitui de um processo de autoavaliação institucional, coordenada e conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a avaliação externa está a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que utiliza instrumentos de avaliação, para buscar integrar a natureza formativa e de regulação, assegurando a coerência conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

No âmbito da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), o processo de avaliação interna respeita as orientações do SINAES, com a composição desde o ano de 2006, da sua CPA. Este artigo surge de nossa vivência enquanto membros desta Comissão. A Uneb, criada pela Lei Delegada n.º 66, de 1º de junho de 1983, com sede na cidade de Salvador, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, é uma Instituição autárquica de regime especial, multicampi, presente em 24 municípios baianos, com a missão de produzir, difundir e socializar a aplicação do conhecimento em diversas áreas do saber. Tem como objetivo formar integralmente o cidadão, e desenvolver no âmbito econômico, tecnológico, social, cultural, artístico e literário, as potencialidades do povo baiano, regido pelos princípios da ética, democracia, justiça social, respeitando a pluralidade étnica e cultural e os demais princípios do Direito Público.

O primeiro projeto de avaliação institucional da Uneb foi elaborado em 1998, antes da obrigatoriedade de criação da CPA, com a necessidade de se estabelecer uma sistemática avaliativa, de caráter processual, capaz de revelar o desempenho da Universidade, tomando como ponto de partida a graduação, cujo foco é a formação do aluno e seu desempenho na sociedade. Para tanto, a primeira Comissão de Avaliação foi formada por integrantes de uma Comissão Central, no Campus em Salvador e de Comissões Setoriais, nos demais municípios onde atua, contando com a representação de cada segmento: docentes, discentes e técnicos administrativos.

Atualmente a autoavaliação institucional está sendo conduzida pela Comissão Própria de Avaliação da Uneb, conforme Portaria Uneb nº 1.973/2018, em articulação com a Secretaria de Avaliação Institucional (SEAVI). A CPA da Uneb ficou por um período de dez anos sem atuação, sendo necessária a recomposição de seus membros, bem como de uma revisão geral das normas que a institui no âmbito dessa instituição. Para a realização do processo de avaliação institucional que culminou neste artigo, trazemos a seguinte pergunta: Como desenvolver um processo de autoavaliação na Uneb levando em consideração o longo hiato sem atuação e o curto espaço de tempo, frente à necessidade do processo de credenciamento da Instituição? Este artigo tem por objetivo geral apresentar um relato de experiência de recomposição da CPA e o percurso planejado para elaboração do instrumento de autoavaliação na Uneb, trazendo elementos para reflexão. São objetivos específicos apresentar: 1) as estratégias que viabilizaram o processo de autoavaliação na Uneb; 2) a metodologia utilizada no processo avaliativo; 3) os planos que viabilizaram a aplicação dos questionários para comunidade acadêmica (técnico-administrativo, docente, discente e gestores); 4) o modelo de tabulação dos dados referente à autoavaliação; 5) o processo de

construção do relatório de autoavaliação e as táticas de divulgação dos resultados para comunidade acadêmica.

Conclui-se que após a recomposição, ocorrido no ano de 2018, e de estabelecer articulação com outro setor da Instituição, a saber a SEAVI, o processo de Autoavaliação Institucional da Uneb, passou por algumas etapas, em consonância com a Lei do SINAES, as diretrizes da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, e, sobretudo, as dimensões constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional da Uneb (PDI Uneb), sobrepondo as dificuldades apresentadas.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Este artigo utiliza referências teóricas de avaliação e planejamento, fundamentais para compreensão da importância da temática e do desenvolvimento das atividades da CPA.

### **2.1. AVALIAÇÃO**

De acordo com Verhine (2015, apud Marback Neto, 2007), o conceito de avaliação pode ser considerado como o levantamento de informações acerca do que se está avaliando para servir de subsídio a tomada de decisões visando melhorar o processo. Nesse viés, Verhine (2015, p. 605) associa o conceito de avaliação com o de regulação e afirma que a “tomada de decisões referente ao valor de algo serve como ponto de interseção entre avaliação (que fornece as informações necessárias) e a regulação governamental (que busca assegurar a oferta de bens e serviços de qualidade aos membros da sociedade)”. O autor afirma ainda que, a depender da finalidade da avaliação, surgem diferentes metodologias, instrumentos e procedimentos que podem gerar tensões entre avaliação e regulação no contexto da educação superior no Brasil.

O sistema de avaliação do Ensino Superior no Brasil foi criado na década de 1990 estruturando-se no Programa de Avaliação Institucional de Universidades Brasileiras (PAIUB). Assim, as instituições de ensino superior passaram a ter a responsabilidade de realizar o processo de avaliação interna e para tanto, cria-se em cada instituição as Comissões Próprias de Avaliação (CPA). As CPAs surgem a partir da implantação do SINAES (Lei n. 10.861 de 2004) e possui atribuições voltadas para o atendimento de prestação das informações solicitadas pelo INEP, com destaque para a atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. A CPA foi regulamentada pelo MEC através da Portaria nº 2.051/2004, e no Artigo 7º, “indica a duração do mandato dos seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação das atribuições”.

A Lei nº 10.861/2004 estabeleceu Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

A avaliação de instituição superior, segundo Depresbiteris (2005), “é apresentada como um processo global, que permeia as diferentes dimensões acadêmicas: ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária, buscando envolver toda a comunidade da instituição, nas dimensões interna e externa”. A referida autora afirma também que cabe “esforçar-se para

motivar a comunidade e para envolver vários de seus setores a participarem dos processos avaliativos” (DEPRESVITERIS, 2005, p. 09).

Na concepção de Vieira; Freitas (2010, p. 445), atualmente a avaliação “encontra-se na centralidade das políticas públicas voltadas para a educação superior, referenciadas em contextos internacionais e nacionais, geralmente com ênfase no papel do Estado de monitorá-las e orquestrá-las junto aos Estados e municípios”. Portanto, as informações acerca das informações quantitativas e qualitativas que são produzidas sejam pelas instituições superiores ou outros órgãos são essenciais para ações governamentais. Cada instituição de ensino superior é responsável pelo processo de autoavaliação de sua instituição.

Nesse sentido, o processo de autoavaliação deve se constituir em um processo contínuo; é, portanto, um instrumento de construção e consolidação da cultura de avaliação na instituição, fazendo com que a comunidade interna se identifique e se comprometa com o processo avaliativo (VIEIRA; FREITAS, 2010, p. 446). O processo de avaliação interna está consubstanciado pelo SINAES, que em seu Art. 11 cita a constituição de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), que será responsável pelo processo de avaliação interna da instituição.

Allal (apud Grégoire, 2000) propõe um esboço para articular um processo de autoavaliação: uma fase de antecipação, constituída de atividades de previsão para orientar a ação; uma fase de controle, que consiste num processo contínuo de comparação entre um estado dado e um resultado a ser alcançado; e uma fase de ajuste, que é a regulação propriamente dita. Esse processo avaliativo pode abarcar instrumentos formais e informais de coleta de informações que, integrados, possibilitarão uma visão abrangente da instituição. Patton (apud Worthen, 2004) ressalta que o desafio de avaliar é obter a melhor informação possível para as pessoas que delas precisam e, então, fazer com que estas pessoas realmente usem os dados, de forma apropriada, para os propósitos desejados.

No que se refere às Universidades Estaduais Baianas (UEBAs), é importante salientar que elas possuem Comissões Próprias de Avaliação implantadas em consonância com os dispositivos do SINAES. Ressalta-se que as ações de autoavaliação desenvolvidas pelas CPAs se constituíram em subsídios para relatórios de reconhecimento das UEBAs, junto ao Conselho Estadual de Educação da Bahia. As políticas que orientam as ações voltadas para a avaliação no âmbito estadual estão postas da Resolução CEE-Ba, nº 51, de 19 de abril de 2010, que, entre outras informações, exige informações de avaliação; relatório de autoavaliação, dados da avaliação externa e os resultados do ENADE, para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento de Cursos Superiores de Instituições Públicas do Sistema Estadual de Ensino e do reconhecimento e renovação de reconhecimento da UEBA.

## 2.2. PLANEJAMENTO

Para Novaes e Pimenta (2018, p.13), o planejamento e a avaliação como ações integradas às políticas públicas para a educação superior no Brasil, atualmente tem sido objeto de estudos e pesquisas. De acordo com os autores, o planejamento se tornou mais evidente no campo educacional na década de 90 e ele antecede a realização das ações. Fica evidente a importância de um planejamento para proporcionar o processo de avaliação institucional, que se constitui como um instrumento de gestão. Enquanto instrumento de gestão, “procura cumprir as seguintes funções: apoiar o processo decisório; aportar maior racionalidade às decisões; e, orientar as ações na instituição” (NOVAES; PIMENTA, 2018, p. 15).

Corroboramos com Novaes e Pimenta (2018, p. 23), quando afirmam que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) “se constitui em um dos principais instrumentos que integram a gestão da instituição Universitária, no caso específico da UNEB, concebido com a

finalidade de orientar, apresentar subsídios, difundir informações e orientar a instituição, no sentido de alcançar suas expectativas, objetivos e metas”, compondo-se assim, um importante instrumento para servir de suporte para a autoavaliação institucional.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Uneb (PDI Uneb) 2017 – 2022 é um documento norteador, que tem por objetivo orientar as expectativas, objetivos e metas institucionais, não obstante os demais documentos, a saber, Estatuto e Regimento Geral da Uneb, e seus atuais documentos de gestão. Neste sentido, considera também as particularidades regionais, culturais, políticas e acadêmicas, por se tratar de uma Universidade Multicampi. Apresenta reflexões, identificando as mudanças necessárias e as estratégias em busca da excelência universitária, no médio prazo.

O documento aborda aspectos do Plano Pedagógico Institucional, da Política de Pesquisa, da Política de Gestão, da Política de Atendimento ao Discente, o Perfil Docente e os aspectos Financeiros e Orçamentários.

Ao que tange aspectos pedagógicos, o documento rege que as atividades acadêmicas sejam referenciadas no caráter humanístico, e, portanto, a formação de seus estudantes deve ser tal que os torne agentes históricos, capazes de refletir e agir sobre as dimensões econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias das comunidades onde atuam. Para tal, suas principais linhas de ações são:

- 1) Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em âmbito nacional e internacional (PNE, 2014-2024);
- 2) Fomentar a criação de componentes curriculares em ações de extensão integradas aos currículos (PNEU, 2011-2020);
- 3) Fomentar a incorporação de conteúdos que abordem a educação para pessoas com necessidades especiais aos currículos (PEE, 2016-2026).

Baseado nessas linhas de ações, o documento orienta a Política de Ensino, que engloba o Ensino de Graduação, o Ensino de Pós-Graduação e o Ensino à Distância (Educação à Distância – EaD) e a Política de Extensão.

A Política de Pesquisa da Uneb tem como fundamento o apoio às necessidades e vocações regionais, por meio de ações de potencialização do conhecimento e da produção científica e tecnológica. Para tanto, conta com seus Centros e Pesquisa e sua Agência de Inovação.

A Política de Gestão Universitária possui como vetor a valorização e reconhecimento de seus servidores docentes e técnicos administrativos, por meio de programas de formação continuada para os cursos de graduação e pós-graduação. No plano da modernização da gestão, a Universidade vem desenvolvendo sistemas próprios de gerenciamento e ajustando aqueles que são próprios, de modo a aperfeiçoar os fluxos de gestão. Ocupa-se ainda com o desenvolvimento de políticas de comunicação, de modo a motivar a comunidade acadêmica no acesso de informações institucionais em todas as suas dimensões. E em suas ações de responsabilidade social, dentre outras, destaca-se a implantação do Sistema de Cotas, em 2003, para afrodescendentes, e reformulada em 2018, atendendo a afrodescendentes, indígenas, quilombolas, ciganos, deficientes, altas habilidades, autistas, travestis e transexuais, reforçando seu aspecto plural e popular.

As Políticas de Assistência Estudantil são uma estratégia central para o alcance da missão institucional da UNEB. Uma ação fundamental, nesse sentido, é a concessão de bolsas de assistência social, que são oferecidas em duas modalidades: auxílio permanência e auxílio residência.

O PDI ainda orienta sobre o perfil docente, apresentando os programas de qualificação docente, que visam a excelência acadêmica. E seus aspectos de sustentabilidade financeira e organização das despesas.

Com o diagnóstico apresentado do que já realiza, estabelece metas para as suas 13 (treze) dimensões: 1) Política de Ensino de Graduação; 2) Política de Ensino de Pós-graduação; 3. Política de Ensino de Educação à Distância; 4. Política de Extensão; 5. Política de Pesquisa e Inovação; 6. Política de Internacionalização; 7. Política de Gestão e Organização; 8. Gestão de Pessoas; 9. Infraestrutura; 10. Planejamento e Avaliação Institucional; 11. Assistência Estudantil; 12. Responsabilidade Social e Ações Afirmativas; e 13. Comunicação e Cultura.

### **3. APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO DOCUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES**

O processo de autoavaliação na UNEB requereu como primeira etapa, a recomposição de sua Comissão Própria de Avaliação, ocorrida no ano de 2018, frente ao lapso temporal deixada pela formação anterior da CPA. Sua primeira atividade, enquanto nova formação, foi a promoção de uma revisão das normas que a instituiu no âmbito da UNEB.

A CPA da Uneb é regida pela Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº 1.319/2018, que alterou o regimento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), cuja finalidade se destina à coordenação do processo de autoavaliação institucional da Universidade, dispondo de autonomia e desenvolvendo suas atividades em articulação com a Secretaria de Avaliação Institucional (SEAVI).

São atribuições da Comissão Própria de Avaliação:

- I – Planejar, organizar e orientar os processos de autoavaliação;
  - II – Estabelecer calendário de reuniões sistemáticas para acompanhar o desenvolvimento do processo avaliativo;
  - III – Organizar relatórios;
  - IV – Divulgar os dados consolidados; e,
  - V – Disponibilizar relatório final aos órgãos internos da Uneb e órgãos oficiais da educação superior.
- (Fonte: Resolução CONSU nº 1.319/2018).

A referida Comissão é composta por representantes dos três segmentos da comunidade acadêmica, a saber: representação docente, discente e técnico administrativo e ainda com representantes dos sindicatos dos docentes e dos técnicos administrativos.

Os integrantes da Comissão, juntamente com a Seavi, iniciaram os trabalhos com a elaboração e aprovação de um calendário de reuniões e o estabelecimento de estratégias para o planejamento de autoavaliação. Levando em consideração as reuniões, discussões e mobilização dos membros da CPA, iniciou-se o desenho da metodologia e ficou estabelecido que fossem realizadas reuniões ordinárias quinzenais, para análise documental (levantamento das legislações específicas e relatórios de avaliações anteriores) e elaboração do plano de trabalho. Foram discutidas também a criação da página web da CPA e o instrumento avaliativo.

O plano de trabalho desenvolvido trouxe dados sobre o contexto da CPA, seu histórico, seus objetivos, a metodologia adotada, o cronograma das atividades, as dimensões do SINAES e ainda sua relação com o PDI da Uneb.

Quanto ao formato dos questionários, aos temas abordados, à quantidade de questões e à forma de apresentação, ficou evidente que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) deveria ser o instrumento base para organização dos enunciados dos questionários, por ser um

dos principais instrumentos da Universidade. Esse instrumento reflete as ações norteadoras pensadas nas treze dimensões do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNEB.

No que se refere a aplicação dos questionários, a CPA, a SEAVI e a Unidade de Desenvolvimento Organizacional (UDO/GERINF), adotaram o Sistema de Formulário (Sisform) desenvolvido por este último, a fim de facilitar o acesso dos participantes e conferir confiabilidade aos resultados, foi realizado após aprovação dos enunciados, um período de pré-teste no sentido de validar tais questionários, bem como identificar possíveis problemas e promover os ajustes necessários.

Após um processo de validação, os questionários foram disponibilizados a todos os segmentos da universidade em dois períodos, em razão das férias discentes. No transcorrer desses períodos, a Universidade promoveu ampla divulgação entre os participantes/respondentes, por meio dos seus portais institucional e acadêmico, do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), listas de distribuição de e-mails, cartazes e mensagem no plano de fundo na área de trabalho dos computadores institucionais. Cabe, ainda, ressaltar a participação da CPA e da SEAVI nas reuniões do Conselho Universitário (CONSU), a fim de divulgar e solicitar o empenho dos gestores no preenchimento dos questionários.

As questões foram elaboradas por 05 Eixos temáticos/Dimensões do PDI procurando apresentar como os respondentes se posicionaram em relação a esses Eixos. O padrão de respostas utilizado no questionário foi do tipo estruturado, ou seja, os enunciados se configuraram como questões de escolha múltipla. Para tanto, adotamos a escala *Likert*. Este tipo de escala é utilizado em enunciados que manifestam opinião em relação ao problema estudado. Assim, se caracteriza pela graduação utilizada na manifestação de posição sobre cada um dos enunciados: (1) excelente; (2) bom; (3) regular; (4) ruim; (5) péssimo; (6) não sei responder e (7) não se aplica. De modo complementar, foi introduzida uma questão subjetiva para que os respondentes pudessem acrescentar opiniões sobre outros aspectos.

Assim, a construção do questionário visou exprimir os objetivos da pesquisa em questões específicas. Buscamos obter dados direcionados, por exemplo, sobre o modo que os registros são efetivados, sobre a preparação dos sujeitos para utilização do sistema, sobre a percepção dos mesmos sobre determinado processo.

Do mesmo modo, seguindo a sistematização adotada, foi elaborado o Relatório de Autoavaliação Institucional. Ele apresenta os seguintes dados:

- 1) Resultado das respostas por segmento (docente, discente EaD, discente de graduação presencial, discente de pós-graduação EaD, discente de pós-graduação presencial, gestores e técnicos);
- 2) Avaliação geral da pesquisa por escala;
- 3) Respostas por Eixo;
- 4) Avaliação por segmento;
- 5) Respostas por enunciado, agrupados por Eixo.

O Relatório de Autoavaliação Institucional tem caráter descritivo das respostas, apresentando dados quantitativos, que em si já revelam uma análise do que pensa a comunidade acadêmica, acerca da Universidade. Mas, ainda considerando a gestão e avaliação da informação, os dados podem ser estruturados de acordo com algum modelo de planejamento estratégico, direcionando a análise entre potencialidades a se destacar e desafios a serem superados.

#### 4. APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E DO INSTRUMENTO AVALIATIVO: ORIENTAÇÕES FUNDAMENTAIS

O objetivo deste artigo é apresentar um relato dessa experiência de recomposição da CPA e o percurso planejado para elaboração do instrumento de autoavaliação, trazendo elementos para reflexão. A recomposição da CPA promoveu a esta equipe um esforço de estudo de normas e o entendimento de conceitos como avaliação e planejamento, considerando que quando da formação do grupo, nem todos os integrantes já possuíam conhecimento dessas temáticas. Entendemos que apenas um processo de planejamento adequado, com a adoção de um plano de trabalho bem estruturado, permitiu que o Relatório de Autoavaliação Institucional fosse realizado em um espaço de tempo tão pequeno. O que até então este artigo não revelou foi que desde a criação, passando pelo planejamento das ações, formulação dos questionários e aplicação, síntese e análise de dados e elaboração do relatório, percorreu-se apenas sete meses de trabalho, considerando que durante este período ainda houve meses de férias acadêmicas.

O plano de trabalho apresentado foi assim estruturado:

1) Iniciou-se com uma **contextualização**, construída em conjunto, quando da revisão das normas e da apropriação do tema, logo que a Comissão foi estruturada. Isso foi de fundamental importância, pois deu ao grupo a oportunidade de apropriação do trabalho;

2) O documento seguiu com a construção do **histórico** da CPA Uneb. Nesta etapa de desenvolvimento foi possível conhecer o percurso da CPA até aquele momento, ter acesso ao Relatório de Autoavaliação anterior, identificar que o hiato temporal entre a última comissão formada e a atual. Também identificamos que o documento apresentado anteriormente era bastante extenso, o que o tornava menos atrativo. Através dessa concepção, o grupo optou pela elaboração de um novo documento mais condensado e atrativo, a ser planejado;

3) Também foram pensados os **objetivos** deste primeiro trabalho, o Relatório de Autoavaliação Institucional

4) Seguiu-se daí, a necessidade de estabelecer uma **metodologia** que pudesse atender aos objetivos propostos. O como fazer para alcançar o objetivo, foi delineado, conjuntamente com o estabelecimento do cronograma, pois à medida que pensávamos e programávamos as etapas, pensávamos em como desenvolvê-las.

5) O **cronograma** foi estruturado com as atividades agrupadas em etapas: a primeira etapa compreendeu a preparação (constituição da CPA) e a elaboração do planejamento; a segunda etapa destinou-se ao desenvolvimento das ações; e a terceira etapa foi a de consolidação. Assim agrupadas, o detalhamento das ações trouxe informações sobre: o período em que seriam desenvolvidas, os responsáveis pela ação, a necessidade do aporte de recursos financeiros, a necessidade de estabelecer parcerias com outros setores da Instituição e também o status de acompanhamento de cada ação;

6) O documento também trouxe alguns **direcionamentos teóricos**, no que se refere aos EIXOS do CONAES, as dimensões do SINAES e as diretrizes do PDI, utilizados na estruturação dos questionários e do Relatório.

Destaca-se o cronograma estabelecido, por descrever as etapas de forma minuciosa. As atividades desenvolvidas neste processo foram:

1) PRIMEIRA ETAPA: PREPARAÇÃO – Constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA): Publicação dos nomes membros; Eleição do coordenador e vice; Publicação do resultado da eleição; Verificar a situação e composição das CSA's nos

departamentos; e Publicação em DOE ou em Ato Administrativo dos Departamentos compondo ou recompondo as CSA's.

2) PRIMEIRA ETAPA: PREPARAÇÃO – Planejamento: Definição do cronograma de reuniões ordinárias; Infraestrutura física para a CPA central (local e equipamentos); Elaboração do planejamento/plano de trabalho; Levantamento das legislações atuais para o período avaliativo; Estabelecer metodologia de trabalho; Elaboração do projeto de autoavaliação institucional; e, Firmar as parcerias necessárias para sensibilização da comunidade acadêmica.

3) SEGUNDA ETAPA: DESENVOLVIMENTO: Construção de instrumentos para coleta dos dados – questionários; Elaborar pré-teste dos questionários e verificar a metodologia; Definição de formato de relatório de autoavaliação; Elaboração de estratégias de aplicação dos questionários e divulgação da autoavaliação institucional; Aplicação dos questionários; e Definição da metodologia de análise e interpretação dos dados.

4) TERCEIRA ETAPA: CONSOLIDAÇÃO: Elaboração de relatório final; Divulgação dos resultados; e Balanço crítico dos resultados apresentados.

Quanto à elaboração do instrumento avaliativo, o questionário foi elaborado associando os documentos norteadores: PDI, documento ‘Nota Técnica Inep/Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES)/Conselho Nacional de Educação (Conaes), nº 065, publicado em 2014 e as dimensões do SINAES, adotando a seguinte estruturação:

<b>EIXO CONAES 065/2014</b>	<b>DIMENSÃO SINAES</b>	<b>PDI UNEB 2017-2022</b>
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	Planejamento e Avaliação Institucional
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	Responsabilidade Social e Ações Afirmativas
	Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição	Assistência Estudantil Comunicação e Cultura
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	Graduação Pós-graduação
	Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade	Educação à distância Extensão
	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes	Pesquisa e Inovação Internacionalização
Eixo 4: Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal	Gestão de Pessoas Gestão e Organização
	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição	
	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	
Eixo 5: Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura Física	Infraestrutura

Ressalta-se que foi um desafio para a Comissão, a etapa que correspondeu a elaboração dos questionários, que foram construídos tendo como base as dimensões recomendadas pelo SINAES e as dimensões do PDI da UNEB. Para o processo de elaboração

desse instrumento utilizou-se como referência alguns questionários desenvolvidos por outras universidades públicas.

As questões foram elaboradas levando em consideração todos os segmentos da comunidade acadêmica, a saber: docentes que atuam na graduação presencial e EAD, técnicos administrativos, discentes de graduação dos cursos presenciais e EAD, discentes de pós-graduação presencial e EAD e gestores. Entretanto, nem todos os segmentos responderam sobre todos os eixos, sendo cada questionário estruturado de acordo com os interesses de cada segmento. Também foi entendimento da Comissão, que a maior parte das questões deveriam estar em torno da atividade finalística da Instituição, ou seja, as políticas acadêmicas, podendo ser observado no quadro a seguir:

EIXOS	QUANTIDADE DE QUESTÕES APLICADAS
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	9 questões
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	2 questões
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	40 questões
Eixo 4: Políticas de Gestão	15 questões
Eixo 5: Infraestrutura Física	11 questões

Desenvolver um trabalho dessa natureza com o envolvimento dos diversos segmentos da universidade não foi uma tarefa fácil porque envolveu interesses não só institucionais, como também interesses de classes. Foi desafiador elaborar questões para todos os segmentos da comunidade acadêmica e ao mesmo tempo administrar tensões e tentar focar em questões que não fugissem do objetivo proposto e dos documentos utilizados como referência bem como decidir sobre um número mínimo de questões visando um processo ágil e que contemplasse questões essenciais e os eixos estabelecidos conforme PDI.

## 5. CONCLUSÃO

Esse processo de autoavaliação forneceu um olhar interno para os diversos campos de atuação da Universidade, como também para os sujeitos que interagem e integram os variados setores que compõem a Instituição. Este olhar representa um passo em direção a consolidação das ações de democratização e de fortalecimento de medidas institucionais que visam integrar a gestão da UNEB.

A autoavaliação, associada aos processos de avaliação institucional externa, gera uma fonte rica de dados e informações, capaz de subsidiar e apontar caminhos que direcionam a Instituição a um patamar de maior eficiência na condução de suas políticas acadêmicas e administrativas. Se, de um lado, a autoavaliação legitima as informações e confere maior percepção da realidade, de outro, reflete os processos e procedimentos acadêmicos internos. Ambos integram o cenário contemporâneo das instituições de educação superior e traduzem que a UNEB possui capacidade de atendê-los.

A instituição deve esforçar-se para motivar a comunidade e para envolver vários de seus setores a participarem dos processos avaliativos. A avaliação externa pode ajudar a suplantar certas ilusões de percepção interna, decorrentes de rotinas, o que impede uma visão crítica fundamentada. Deve-se evitar, igualmente, o uso da autoavaliação como uma justificativa, uma defesa daquilo que se está desenvolvendo e não como uma projeção futura de melhoria.

A estratégia de estruturar os questionários de autoavaliação à luz do PDI da Instituição permite obter uma noção da evolução deste Plano, bem como identificar os pontos que, porventura, apresentam limitações para sua plena execução. A aderência às dimensões do PDI conduziu a autoavaliação da Universidade a um lugar estratégico de gestão universitária. Os pontos positivos, conforme foi visto, predominam nas respostas dos participantes, revelando

seu grau de satisfação. Ressalta-se, todavia, que é de suma importância que se proceda a uma análise atenta e crítica sobre aquelas respostas que os sujeitos manifestaram certo grau de insatisfação.

Por fim, os dados sistematizados e a análise efetuada, expressam uma longa jornada de trabalho na qual estiveram implicados gestores, docentes, técnicos, discentes e, em especial, os membros da Comissão Própria de Avaliação e da Secretaria Especial de Avaliação Institucional.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 10.861/2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)>.

CEE – BA. Resolução nº 51/2010 - Dispõe sobre o Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos Superiores de Instituições Públicas do Sistema Estadual de Ensino. Disponível em: <[http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao\\_CEE\\_N\\_51\\_2010\\_e\\_Parecer\\_CEE\\_N\\_78A\\_2010.pdf](http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_CEE_N_51_2010_e_Parecer_CEE_N_78A_2010.pdf)>.

DEPRESBITERIS, Léa. Autoavaliação das instituições de ensino superior. Estudos em avaliação educacional, v16. n. 32, p. 7-24. Jul/dez, 2005.

MEC. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65 - Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sai/legislacao/arquivos/notatecnica65de2014.pdf>>.

MEC. Portaria nº 2.051/2004 - Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA\\_2051.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf)>.

NOVAES, Ivan L. PIMENTA, Lídia B. Planejamento e avaliação: Conexões entre PDI, o programa de gestão universitária e a avaliação institucional no Âmbito da Universidade do Estado da Bahia. **Plurais**. Salvador, v. 3, n. 2, p. 12-26. abr./ago. 2018.

UNEB. Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade do Estado da Bahia 2017 – 2022 (PDI Uneb). Disponível em: <[https://portal.uneb.br/proplan/wp-content/uploads/sites/64/2018/03/PDI\\_2017\\_2022-.pdf](https://portal.uneb.br/proplan/wp-content/uploads/sites/64/2018/03/PDI_2017_2022-.pdf)>.

UNEB. Portaria nº 1.973/2018 – Recompõe a Comissão Própria de Avaliação (CPA/Uneb). Publicada no Diário Oficial da Bahia em 21 de julho de 2018.

UNEB. Relatório de Autoavaliação Institucional da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). 2019.

UNEB. Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº 1.319/2018 - Altera o Regimento da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Publicada no Diário Oficial da Bahia em 28 de abril de 2018.

VERHINE, Robert E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. **Avaliação**, Campinas, SP, v.20, n.3, p.603-619, nov.2015.

VIEIRA, Regina L. FREITAS, Kátia S. O SINAES na universidade pública estadual: análise do processo de construção da avaliação interna na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educa.** Rio de Janeiro, v.18, n. 68, p. 443-464, jul/set. 2010.

GRÉGOIRE, Jacques. Avaliando as Aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 2000

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. Avaliação de programas: concepções e práticas. São Paulo. Ed. Gente, 2004.